

## II INTERNATIONAL MEETING OF ISSOW

### *Work, Professions and Organizations: Tensions, Paths and Public Policies*

24-25 November 2016 :: Caparica, Portugal - Faculty of Sciences and Technology (FCT NOVA)

Theme 3): Mobilities and Work

## **Desemprego e Migrações em Portugal, que relação?**

*José Rebelo dos Santos*

*jose.rebelo@esce.ips.pt*

*ESCE-Instituto Politécnico de Setúbal e CIDEHUS – Universidade de Évora*

### **Resumo**

Portugal está a viver nos últimos anos uma crise de grande dimensão tanto no domínio económico como no social. Com efeito a generalidade das famílias viu diminuir o seu rendimento disponível pelo menos desde o início da década atual e mesmo nos casos em que mantiveram o emprego que tinham ou continuaram a trabalhar em novo emprego. Uma das faces visíveis do problema português é a diminuição dos rendimentos das famílias, outra é o elevado desemprego. Menos visível mas não menos importante é a emigração consubstanciada na saída de mais de 600 mil portugueses no período em análise. Esta não pode dissociar-se quer dos baixos rendimentos quer do desemprego e constitui a solução encontrada por muitos para poder satisfazer as suas necessidades básicas e as da sua família face à falta de oportunidades no país. Na maior parte dos casos em que se consegue arranjar trabalho em Portugal este é precário e mal pago. Esta razão ajuda também a compreender porque têm diminuído os fluxos de entrada de imigrantes no nosso país. O nosso objectivo é com base na análise da evolução da taxa do desemprego, e dos fluxos quer da emigração quer da imigração, procurar identificar eventuais relações estas variáveis. Os dados a utilizar são da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) dizem respeito ao período entre 2010 e 2015. Os resultados evidenciam que o aumento do desemprego está associado ao aumento da emigração e à diminuição da imigração.

**Palavras chave:** Desemprego, Migrações

### **Introdução**

No final de 2016 Portugal ainda não conseguiu superar os efeitos da crise económica recente. O desemprego continua a ser bastante elevado e a emigração ganhou novo fôlego ao mesmo tempo que a imigração abrandou. Estes comportamentos no âmbito migratório e o desemprego não podem dissociar-se e estão relacionadas com a crise referida.

Neste contexto o nosso objectivo é analisar as relações entre a evolução da taxa de desemprego, da emigração e da imigração em Portugal, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2015.

Assim, o que propomos é, com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF):

1 ) Analisar a evolução do desemprego em Portugal de 2010 a 2015.

2) Analisar a relação dessa evolução com a evolução das próprias migrações com origem ou destino em Portugal (emigração / imigração) no mesmo período.

A nível metodológico alicerçamos a nossa análise em pesquisa bibliográfica e análise de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O Estudo que se apresenta integra quatro pontos: em primeiro lugar apresentam-se e discutem-se os dados relativos ao desemprego no período em apreço para num segundo e terceiro ponto se analisarem os dados relativos à emigração e imigração. Num último ponto relacionam-se os dados analisados nos três pontos anteriores.

### **1 – Desemprego em Portugal**

A crise internacional que se iniciou em 2008 com a falência do banco norte-americano de investimentos Lehman Brothers, refletiu-se em todo o mundo gerando uma onda de recessões e tendo a A União Europeia (e Portugal) sentido profundamente os seus efeitos (Nunan e Peixoto, 2012).

Como consequência da recessão, o cenário relativo a Portugal apresentava indicadores económicos e de crescimento em baixa (Nunan e Peixoto, 2012) com reflexos no aumento substancial do desemprego.

O desemprego em Portugal, dadas as implicações sociais inerentes, constitui um problema muito grave tendo em conta os valores elevados que começaram a surgir no final da última década e se agudizaram sobretudo a partir de 2010.

Na verdade, até 2013 a tendência foi no sentido do aumento da taxa de desemprego mas atualmente constata-se uma tendência diferente resultando da conjugação do crescimento económico com os efeitos da pressão demográfica: com o decréscimo populacional e o envelhecimento demográfico é expectável que no curto, médio prazo se continue a verificar uma reversão na evolução do desemprego (diminuição) dada a insuficiência de recursos humanos jovens para substituir os que saem do mercado de trabalho (Santos, 2016). Esta insuficiência decorre da diminuição muito expressivo no número de nascimentos e é agudizada com as saídas para outros países em busca de oportunidades de trabalho.

A evolução do desemprego entre 2010 e 2015 permite verificar um crescimento de 50% até 2013 quando atingiu o seu ponto máximo (16,2% correspondendo a 875.900 indivíduos), verificando-se nos anos subsequentes um decrescimento que prosseguiu também no decurso de 2016. Os dados mais recentes divulgados pelo INE, mostram uma taxa de desemprego ainda com dois dígitos mas que diminuiu para 10,5% no 3º trimestre de 2016 (10,3% no sexo masculino e 10,8% no sexo feminino).

O desemprego estimado pelo INE para o 3º trimestre de 2016 terá afetado ainda quase 550 mil indivíduos (549.500). No mesmo período terá havido a criação líquida de 59 mil empregos.

A mesma fonte estima ainda que a população empregada em fins de setembro de 2016 corresponderia a 4 milhões 661 mil e 500 indivíduos.

De qualquer forma, o desemprego não atingiu todos de igual modo havendo alguns grupos da população mais vulneráveis ao mesmo.

A análise desagregada por sexo constante na tabela 1 revela algumas diferenças sendo evidente que o desemprego se escreve sobretudo no feminino (a exceção vai para o ano de 2012).

**Tabela 1.** Evolução do desemprego em Portugal por sexo, de 2010 a 2015 (%)

Ano	Total	Feminino	Masculino
2010	<b>10,8%</b>	11,9%	9,8%
2011	<b>12,7%</b>	13,0%	12,3%
2012	<b>15,5%</b>	15,5%	15,6%
2013	<b>16,2%</b>	16,4%	16,0%
2014	<b>13,9%</b>	14,3%	13,5%
2015	<b>12,4%</b>	12,7%	12,2%

Fontes / Entidades: INE e PORDATA (sistematização PORDATA)

A desagregação da taxa de desemprego em função do nível de escolaridade constante na tabela 2, permite constatar que o nível de qualificações académicas é relevante.

Com efeito, a taxa de desemprego dos indivíduos com formação superior é sempre bastante inferior à do desemprego total (o diferencial varia entre um mínimo de menos 23,2% e um máximo de menos 36,1%).

Ter um diploma de ensino superior traduz-se em maior empregabilidade e menos desemprego.

No entanto a taxa de desemprego entre os detentores do ensino secundário é a partir de 2012 sempre superior à dos detentores do ensino básico e até à daqueles cujas habilitações são inferiores ao ensino básico. Embora não possamos comprovar, este facto pode eventualmente estar ligado a indivíduos com a antiga quarta ou sexta classe, concluídas quando o ensino básico terminava nestas classes e correspondendo a indivíduos com carreiras longas e empregos para toda a vida.

**Tabela 2.** Evolução do desemprego em Portugal por nível de escolaridade, de 2010 a 2015 (%)

ano	total	nenhum	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
2010	10,8%	8,9%	11,7%	11,4%	<b>7,0%</b>
2011	12,7%	11,6%	13,7%	13,4%	<b>9,0%</b>
2012	15,5%	14,4%	16,1%	17,6%	<b>11,6%</b>
2013	16,2%	17,3%	17,0%	17,4%	<b>12,6%</b>
2014	13,9%	13,9%	15,0%	15,3%	<b>10,0%</b>
2015	12,4%	13,2%	13,2%	13,9%	<b>9,2%</b>

Fontes / Entidades: INE e PORDATA (sistematização PORDATA)

No âmbito dos grupos etários, frequentemente, evidenciam-se também grupos com maior vulnerabilidade. No caso em apreço a desagregação mostra que são os mais jovens aqueles que têm mais dificuldade em encontrar trabalho.

Neste caso as diferenças são muito notórias com a taxa de desemprego dos menores de 25 anos a ser sempre mais do dobro da para a população ativa em geral. Talvez esta seja uma razão para um número crescente de jovens emigrar.

**Tabela 3.** Evolução do desemprego em Portugal por grupo etário, de 2010 a 2015 (%)

ano	total	<25 anos	25-54 anos	55-64 anos
2010	10,8%	<b>22,8%</b>	10,7%	8,9%
2011	12,7%	<b>30,2%</b>	11,9%	10,8%
2012	15,5%	<b>37,9%</b>	14,7%	12,7%
2013	16,2%	<b>38,1%</b>	15,5%	13,7%
2014	13,9%	<b>34,8%</b>	12,7%	13,5%
2015	12,4%	<b>32,0%</b>	11,2%	12,4%

Fontes / Entidades: INE e PORDATA (sistematização PORDATA)

Apesar da insuficiência de dados fiáveis que permitam desagregar o desemprego em Portugal em função das nacionalidades, pode confirmar-se que a recessão económica se repercutiu mais na população estrangeira, nomeadamente de forma particularmente acentuada nos imigrantes brasileiros (Nunan e Peixoto, 2012).

## 2 - Emigração de Portugueses

Portugal sempre foi um país de emigrantes. Os fluxos migratórios de saída foram variando ao longo dos tempos, quer em relação aos destinos, quer no que respeita ao número de indivíduos envolvidos. A intensidade desses fluxos está associada às próprias oportunidades de trabalho em Portugal bem como às condições do mesmo sendo menor em períodos de maior pujança económica e mais elevada em períodos de crise.

A emigração em geral está associada às seguintes características: a transitoriedade da deslocação, as motivações económicas e a intenção de retorno (Machado, 1994).

De acordo com Peixoto (2012) a emigração portuguesa tem subjacente três tipos de situações: a) por necessidade, associadas à debilidade da economia portuguesa e ao elevado nível de desemprego; b) por proximidade, decorrentes da facilidade de movimentação no espaço europeu e da liberdade política de circulação; c) por ambição, atendendo às expectativas de mobilidade social.

Ao contrário do que aconteceu em 2009 e 2010 em que se verificou alguma desaceleração da emigração para os países da Europa face à tendência de crescimento que se vinha registando, a partir de 2010 verifica-se um novo incremento destes movimentos que se pode explicar, pelo menos parcialmente, pela crise que eclodiu e que atingiu Portugal de forma muito intensa (Marques e Góis, 2014). Como principais destinos na Europa destacam-se o Reino Unido, a Suíça e a Alemanha (Marques e Góis, 2014). Ao mesmo Espanha, que era uma dos anteriores destinos principais da emigração portuguesa sofre uma reduzida diminuição de procura.

Ainda no âmbito do destino dos fluxos migratórios com origem em Portugal, no período em análise, a grande relevância vai para os países mencionados e outros do espaço europeu e ainda para Angola e Brasil. Por outro lado, verifica-se uma reconfiguração das características destes movimentos já que o aprofundamento do processo de globalização gerou novos fluxos, muitos deles temporários e frequentemente de carácter circular (Marques e Góis, 2014). Para Posel e Marx (2013) (citados por Oliveira, Candeias, Peixoto, Azevedo e Malheiros, 2016), este carácter circular consubstancia-se na dupla residência e na ligação a mais do que um lugar. O conceito ganhou um novo fôlego na atualidade tendo em conta o desenvolvimento de novas formas de mobilidade temporária e ainda o aumento dos contactos transnacionais (Oliveira et al, 2016).

Nestas circunstâncias há portanto uma maior valorização da emigração por períodos mais curtos, nas suas diversas formas, ao mesmo tempo que perde relevância a emigração permanente.

Esta emigração denominada de temporária corresponde a saídas em que a intenção de permanência é inferior a um ano sendo que nos casos em que há intenção de permanecer um ano ou mais tempo a emigração considera-se permanente (Peixoto, 2004).

Muitas vezes a emigração que inicialmente seria por um período curto (portanto temporária) acaba por transformar-se em permanente (Santos, Mendes, Rego e Magalhães, 2013) quando as perspectivas no país de destino são positivas e as situações que originaram a decisão de emigrar subsistem. Pode também acontecer o contrário em casos de inadaptação ou noutras situações em que o regresso acaba por acontecer antes do planeado. Estes factos acabam por dificultar a recolha de informação fidedigna sobre os emigrantes portugueses sendo particularmente difícil perceber quantos são os emigrantes em situação de emigração temporária ou permanente.

Os dados disponíveis para o período em análise permitem verificar que, qualquer que seja o ano a emigração foi predominantemente de natureza temporária, correspondendo a um total de 346.640 ou seja cerca de 57% das 610.091 saídas entre 2010 e 2015. Destas mais de 610 mil saídas não se sabe quantos foram os regressos. Não obstante, a grandeza do número reflecte a importância deste fluxo com as inerentes consequências na estrutura etária da população, concretamente da população ativa, no stock de mão-de-obra disponível para integrar o mercado de trabalho e no próprio envelhecimento populacional.

Pressupondo que tendencialmente serão sobretudo os jovens em idade ativa a sair do país, terá havido um aumento do envelhecimento da população ativa e da população em geral. Neste último caso com implicações no envelhecimento pelo topo e também pela base pois estes jovens em idade fértil irão constituir famílias nos países de acolhimento.

**Tabela 4.** Emigração de Portugal entre 2010 e 2015

ano	Emigração Permanente	Emigração Temporária	Emigração Total
2010	23.760	.....	23.760
2011	43.998	56.980	100.978
2012	51.958	69.460	121.418
2013	<b>53.786</b>	74.322	128.108
2014	49.572	<b>85.052</b>	134.624
2015	40.377	60.826	101.203
Total	263.451	346.640	610.091

Fontes / Entidades: INE e PORDATA (sistematização PORDATA)

A tabela 4 mostra que entre 2010 e 2014 a emigração aumentou sempre até um máximo de 134.624 indivíduos que terão saído do país em 2014. No ano seguinte regista-se uma diminuição acentuada da emigração, para níveis muito próximos dos registados em 2011.

Uma análise mais fina por tipo de emigração permite verificar que enquanto na emigração permanente o ponto máximo ocorre em 2013, correspondendo a saídas de 53.786 indivíduos,

registrando-se elevados decréscimos nos anos seguintes, no caso da emigração de caráter temporário (os dados são apenas dos anos de 2011 a 2015) é em 2014 que ocorre o maior número de saídas consubstanciadas em 85.052 ocorrências, tendo lugar em 2015 um decréscimo considerável.

### 3 – Imigrantes em Portugal

Pode-se afirmar que Portugal sempre foi um país de emigrantes. No entanto só muito recentemente se pode também considerar um país de imigrantes.

Com efeito, desde finais do século XX que um número crescente de indivíduos estrangeiros escolheu Portugal como país de destino. Se no início do século as nacionalidades mais representativas correspondiam a países de língua oficial portuguesa, verificaram-se diversas reconfigurações ganhando relevância outros países em que se destaca a Ucrânia, a Roménia e a China (SEF/GEPF, 2016).

**Tabela 5.** Imigrantes em Portugal entre 2008 e 2015

ano	Imigrantes	Aquisição de Nacionalidade (Pareceres positivos)
2008	436.020	
2009	<b>451.742</b>	39.652
2010	443.055	17.095
2011	434.708	27.819
2012	414.610	28.907
2013	398.268	27.771
2014	390.113	20.115
2015	388.731	31.451

Fonte: SEF

Em 2015, as nacionalidades mais representativas dos imigrantes eram Brasil (21,5%), Cabo Verde (10%), Ucrânia (9,3%), Roménia (8%), China (5,6%), Angola (4,8%) e Guiné-Bissau

(4,5%) (SEF/GEPF, 2016). Os cidadãos estrangeiros concentram-se sobretudo nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal com 69,1% do total.

A tabela anterior reporta para o número total de imigrantes. Permite constatar que desde 2009 a 2015 o número de imigrantes veio sistematicamente a reduzir-se passando de um total de 451.742 indivíduos para 388.731. Destes 200.086 correspondem a indivíduos do sexo feminino e 188.645 a indivíduos do sexo masculino. Um aspeto a registar é o reforço do peso dos cidadãos da Europa Ocidental no computo global de estrangeiros residentes, destacando-se o Reino Unido, Espanha, Alemanha, França, Itália e Holanda.

Esta redução de cerca de 63 mil indivíduos tem no entanto de ser analisada sob alguma reserva. Os números correspondem ao total de estrangeiros com autorização de residência e são da responsabilidade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, não integrando, como é óbvio, os casos de estrangeiros não documentados.

No entanto, admite-se que apesar da redução em 24,5% do número de atos inspectivos se identificaram mais cidadãos estrangeiros em situação irregular (SEF/GEPF, 2016) o que pode corresponder a um aumento de imigrantes ilegais.

De realçar ainda a tendência de aumento da concessão de novos títulos de residência, consubstanciada num aumento de 7,3% em relação ao ano anterior e em 37.851 novos residentes, indiciando um aumento da atractividade de Portugal (SEF/GEPF, 2016).

O interesse pelos estrangeiros pela vinda para Portugal pode ter a ver por um lado com as oportunidades que o país oferece (há alguns sinais de que estas estão a aumentar um pouco) e por outro numa perspectiva transitória e enquanto porta de entrada na Europa Ocidental.

Por último, a análise da tabela 5 permite também verificar a aquisição potencial de nacionalidade em cada ano.

Embora os dados não permitam com rigor garantir que todos os pareceres positivos acabaram por se traduzir em situações de estrangeiros que deixaram de o ser e passaram a integrar a população portuguesa acabam por em grande parte implicar essa alteração.

Admite-se portanto que em grande medida a redução do número de estrangeiros residentes em Portugal poderá não significar que estes abandonaram o país retornando às origens ou partindo

para outros destinos mas que continuaram no país passando da condição de estrangeiros com estatuto legal de residente para cidadãos nacionais.

Este facto acaba por constituir uma dificuldade incontornável que impede a objectividade da análise da evolução do número de imigrantes em Portugal.

Se todos os pareceres positivos se traduzissem em aquisição da nacionalidade então no período em apreço a imigração na verdadeira aceção da palavra teria diminuído mas o número de naturais de um outro país a viver em Portugal teria aumentado.

### **Desemprego, Emigração e Imigração**

Os dados apresentados mostram que há uma relação direta entre a evolução do desemprego e da emigração.

Ao mesmo tempo que o desemprego foi aumentando, aumentou também o número de indivíduos que saíram do país quer enquanto emigrantes temporários, quer enquanto emigrantes permanentes.

O facto de muitas dezenas de milhares de indivíduos terem saído do país todos os anos entre 2010 e 2015 acabou por contribuir para que o número de desempregados não crescesse exponencialmente.

Tendencialmente em períodos de desemprego elevado, a imigração por motivações económicas diminuirá.

No entanto os nossos dados não corroboram este pressuposto, muito embora também não o contrariem.

### **Conclusão**

Num mundo globalizado, Portugal, integrando a União Europeia integra as rotas dos movimentos migratórios originários sobretudo dos países do sul e que têm como destino os países ocidentais do norte. Ao mesmo tempo Portugal regista também importantes fluxos de saída para países da União Europeia, mas também para o Brasil, Angola, Canadá e Estados Unidos entre outros.

A crise económica que assolou um pouco todo o mundo mas de forma particularmente intensa Portugal e que se consubstanciou em níveis de desemprego muitíssimo elevados provavelmente terá tido relação com um recrudescimento da emigração e com um abrandamento da imigração. De forma direta ou indirecta terá sido o fraco desempenho económico a implicar um crescimento impar do desemprego, sobretudo jovem.

A falta de oportunidades em Portugal poderá explicar o acentuado aumento da emigração no primeiro quinquénio desta década.

Estes fluxos de saída dizem respeito sobretudo de emigração temporária (por períodos inferiores a um ano) mas não é possível confirmar quantos regressaram e quanto transformaram o carácter temporária do movimento iniciado em permanente.

A nível de imigração há indícios de que tenha havido um abrandamento, sobretudo da imigração com motivação económica, uma vez que as oportunidades de trabalho diminuíram de forma muito substancial ao mesmo tempo que se degradaram as condições de vida e aumentou a precariedade laboral, com repercussões mais gravosas nos imigrantes e noutros grupos com maior vulnerabilidade como os jovens e as mulheres.

Portugal passou a ser um país menos atractivo para os potenciais imigrantes. Contudo os fluxos de entrada não cessaram mas eventualmente poderão ter passado a ser motivados predominantemente por continuidade de estudos e por reunificação familiar.

## **Bibliografia**

- Costa, P. (2009) “Os imigrantes Guineenses, Ucrânicos e Brasileiros no mercado de trabalho português”, Cadernos de Doutoramento em Geografia, nº1, pp. 117-140.
- Machado, F. L. (1994), “Luso-Africanos em Portugal”, Sociologia, Problemas e Práticas, nº 16, pp. 111-134.
- Marques, J. C., Góis, P. (2014), “A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo”, População e Sociedade, volume 22, pp. 55-71.
- Nunan, C. e Peixoto, J. (2012), “Crise Económica e retorno dos Imigrantes Brasileiros em Portugal”, Revista Internacional da Mobilidade Humana, nº38, pp. 233-250.
- Oliveira, I. T., Candeias, P., Peixoto, J., Azevedo, J., Malheiros, J. M. (2016) “Regresso e Circulação de Emigrantes Portugueses no início do século XXI”, Sociologia, Problemas e Práticas, nº 81, pp. 11-35.
- Peixoto, J. (2012), A Emigração Portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos, Socius workingpapers, nº 05/2012, Lisboa, ISEG.
- Peixoto, J. (2004), As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias micro e macrosociológicas, Socius workingpapers, nº 11/2004, Lisboa, ISEG.

Santos, J. R. (2016), “Impacto da demografia no mercado de trabalho e emprego em Portugal”, Atas do V Congresso Português de Demografia, 6 e 7 de Outubro de 2016, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.157-167

Santos, J. R., Mendes, M. F., Rego, M. C., Magalhães, M. G. (2012), “Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa”, in Carvalho, M., Santos, M., Caeiro, J (2013), Economia, Sociologia, ambiente e desenvolvimento rural, actas do 2.º Encontro Luso-Angolano, Luanda, Comissão Executiva do 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural / Universidade Metodista de Angola, pp. 415-426.

SEF/GEPF (2016), Relatório de Emigração, Fronteiras e Asilo de 2015, Barcarena, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.